



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002692-47.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Obrigações**
 Requerente: **Ezilda Silvani Macari**
 Requerido: **Sheron Ramos de Oliveira Barbosa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Ezilda Silvani Macari, qualificada na inicial, ajuizou ação de Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança em face de Sheron Ramos de Oliveira Barbosa, também qualificada, alegando que locou à requerida o imóvel residencial situado na Rua Atílio Marino, nº 221, Vila Nossa Senhora de Fátima,, São Carlos, mediante aluguel mensal.

Ocorre que a locatária deixou de lhe pagar os alugueis e encargos vencidos em 13/01/2016 e 13/02/2016, totalizando um débito no importe de R\$ 1.583,43, conforme conta apresentada a fls. 03.

Pediu então o autor a citação da requerida para responder ao pedido de rescisão do contrato de locação ou purgar a mota e, a final, a condenação da requerida a desocupar o imóvel, bem como ao pagamento das verbas de sucumbência.

A ré, regularmente citada, purgou a mora, com a qual concordou o autor, requerendo a extinção do feito.

É o relatório.

DECIDO.

A requerida exercitando o direito que lhe confere o disposto nos §§ 1º e 3º do artigo 62, inciso II, da Lei 8.245/91, purgou a mora, efetuando depósito nos autos no importe de R\$ 4.660,00 (fls. 34).

Instada a se manifestar sobre o depósito, o autor concordou solicitando a extinção do feito.

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

Assim, reconhecido o pedido, deverá a requerida arcar com as custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) do valor devido, qual seja, o valor depositado às fls. 50, que deverá ser atualizado pelo índice do INPC a partir do ajuizamento da ação, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, suspensa a execução enquanto perdurar os benefícios da gratuidade, ora concedida à requerida.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no artigo 485, III, alínea 'a' do Código de Processo Civil; CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor do débito, ficando isenta da execução enquanto perdurarem os efeitos da gratuidade a ela concedida.

Transitada em julgado a presente, arquivem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P. I.

São Carlos, 26 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**